



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

Edição n.º 2215

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Boletins de Pessoal.....3

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 299/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- O Promotor de Justiça LEONARDO DOS SANTOS ROSSI, da Promotoria de Justiça de Nova Prata, para oferecer denúncia contra Leandro de Lima Vieira, bem como pra acompanhar os demais trâmites, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Inquérito Policial autuado judicialmente sob o n.º 058/2.170000237-6, oriundo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Nova Prata, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido (Port. 2507/2017).

- O Promotor de Justiça LEONARDO DOS SANTOS ROSSI, da Promotoria de Justiça de Nova Prata, para oferecer denúncia contra Leandro da Silva Ferreira, bem como pra acompanhar os demais trâmites, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Inquérito Policial autuado judicialmente sob o n.º 058/2.17.0000834-0, oriundo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Nova Prata, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido (Port. 2536/2017).

- O Promotor de Justiça LEONARDO DOS SANTOS ROSSI, da Promotoria de Justiça de Nova Prata, para oferecer denúncia contra Jonas Vuelma, bem como pra acompanhar os demais trâmites, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Inquérito Policial autuado judicialmente sob o n.º 058/2.17.0000840-4, oriundo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Nova Prata, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido (Port. 2537/2017).

- O Promotor de Justiça LEONARDO DOS SANTOS ROSSI, da Promotoria de Justiça de Nova Prata, para oferecer denúncia contra Alexandre Pereira Hoffmann, bem como pra acompanhar os demais trâmites, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Inquérito Policial autuado judicialmente sob o n.º 058/2.17.0001064-6, oriundo da 2ª Vara Judicial da Comarca de Nova Prata, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido (Port. 2855/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 300/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar do dia 01/08/2017, a Portaria n.º 0391/2017, que designou MARIA ALICE DOS SANTOS SEVERO, para

desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 01/08/2017 (Port. 2591/2017).

- a contar do dia 07/08/2017, a Portaria n.º 3267/2015, que designou AMANDA MARUN HOLANDA DE OLIVEIRA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 07/08/2017 (Port. 2643/2017).

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 01/08/2017, LARISSA OLIVEIRA DO PRADO SOUZA, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 827, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2593/2017).

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 01/08/2017, FILIPE SOARES DENICOL, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 828, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2609/2017).

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 15/08/2017, PAMELA NELUZA PILAR, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 834, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 2811/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

BOLETIM N.º 301/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PROMOVER

- por antiguidade, para o cargo de Promotor de Justiça Substituto de entrância final, com atuação preferencial na Promotoria de Justiça de Pelotas, o Dr. FERNANDO GERSON, 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo, de entrância intermediária, ID n.º 3433005 (Edital 23/2017 - Port. 2746/2017).

REMOVER

- por antiguidade, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Santiago, de entrância intermediária, a Dra. ANA MARIA HAHN SOUZA, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Luiz Gonzaga, de entrância intermediária, ID n.º 3396711 (Edital 24/2017 - Port. 2747/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 2908/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2215

RESOLVE, conforme Parecer constante às fls. 149 a 159 e Decisão de fl. 160, publicar extrato pela procedência, em parte, dos fatos apurados na Sindicância, **SPU.PR.01055.00003/2017-8**, por infringência ao inciso **V do artigo 177** da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, c/c o art. **4º do Provimento nº 24/2013**.

DÊ-SE CIÊNCIA.
CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 2926/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE, conforme Parecer e Decisão constante das folhas 332 a 352 dos autos, quanto aos fatos apurados na Sindicância **SPU.PR.01055.00002/2017-0**, publicar extrato nos seguintes termos:

APLICAR a servidor efetivo do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul pena de **Suspensão por 5 (cinco) dias, convertida em multa**, com fulcro no inciso II do artigo 187 c/c o § 2º do artigo 189, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, por infringência aos incisos III e VI do artigo 177 e ao inciso XXIV do artigo 178, do mesmo diploma legal.

DÊ-SE CIÊNCIA.
CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 302/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

REVOGAR

- a Portaria n.º 0717/2016, que colocou o servidor HERBERT SCHONHOFEN, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n.º 3446441, à disposição do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, com ônus ao órgão de origem, mediante ressarcimento (PR.00001.02314/2012-5 - Port. 2768/2017).

- a contar de 25 de agosto de 2017, a Portaria n.º 0153/2017, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor ADILSON VINICIO CARNEIRO, Agente Administrativo, ID n.º 4254554, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, uma vez por semana (Port. 2860/2017).

COLOCAR À DISPOSIÇÃO

- do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, até 31 de dezembro de 2017, o servidor HERBERT SCHONHOFEN, Assistente de Procuradoria de Justiça, ID n.º

3446441, sem ônus ao órgão de origem (PR.00001.02314/2012-5 - Port. 2769/2017).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 01 de setembro de 2017, o servidor PAULO MARCELO PINHEIRO PASETTI, ID n.º 3448398, do cargo de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, deste órgão (Port. 2789/2017).

- a contar de 01 de setembro de 2017, o servidor BRUNO FONSECA DE GAY, ID n.º 4257642, do cargo de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 2832/2017).

- a contar de 01 de setembro de 2017, a servidora MÁRCIA RÓSULA GUIMARÃES PETRINI, ID n.º 3443841, do cargo de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 2834/2017).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 01 de setembro de 2017, BRUNO FONSECA DE GAY, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 2833/2017).

- a contar de 01 de setembro de 2017, MÁRCIA RÓSULA GUIMARÃES PETRINI, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 2835/2017).

ALTERAR

- a Portaria n.º 2729/2017, que trata da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL - CADF, para substituir a Dra. VERA LÚCIA GONÇALVES QUEVEDO, ID n.º 3423905, como membro Coordenador Titular, pela Dra. LISANDRA DEMARI, ID n.º 3433820 (Port. 2865/2017).

DESIGNAR

- a contar de 10 de agosto de 2017, a servidora SOFIA STELLA, Agente Administrativo, ID n.º 4381998, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Coordenador de Secretaria, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Arli de Oliveira Rubim (Port. 2866/2017).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (um) mês de licença-prêmio, não fruída, da servidora DENISE ISABRALDE BORBA, Assessora de Procuradoria de Justiça, ID n.º 3439534, registrada no Boletim n.º 463, publicado no DEMP de 15/10/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 23/09/2007 a 20/09/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 24/08/2017 – PR.01405.00198/2017-3 - Port. 2880/2017).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 01358.000.036/2017**

CONTRATADA: JMS & CIA. LTDA. – SOCIEDADE SIMPLES
- EPP; **OBJETO**: realização das palestras “Processo Eletrônico: Questões Controvertidas” e “O Novo CPC e a Tutela Coletiva de Pessoas”, integrantes do programa “Ciclo de Palestras – Novo Código de Processo Civil”, para até 70 participantes (Membros e Servidores), nos dias 19 de setembro e 07 de novembro de 2017, respectivamente, com duração de duas horas cada; **VALOR TOTAL**: R\$ 1.000,00;



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2215

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. II, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 30 de agosto de 2017 pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

PROCESSO ELETRÔNICO N.º 01358.000.034/2017

CONTRATADA: STELLA BITTENCOURT CAPACITAÇÃO BIOCÊNTRICA EIRELI; **OBJETO:** Realização de Curso de Processos Colaborativos em Gestão de Pessoas para capacitar membros e servidores deste Ministério Público Estadual; **VALOR TOTAL:** R\$ 4.685,20; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso II, § 1º c/c artigo 13, inciso VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 30 de agosto de 2017, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PROA N.º 17/0900-0000795-0**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o servidor Cleber Ricardo Teixeira Müller ID.Func.nº 2372070; **OBJETO:** permissão de uso mediante indenização, de automóvel particular, placas IUR 1013, de propriedade do servidor, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Direção-Geral, em conformidade com o Provimento n.º 12/2013; **DATA DE ASSINATURA:** 31 de agosto de 2017.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N.º 083/2016
PROCESSO N.º 1256-09.00/16-7
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

CONTRATADA: ELEVASYSTEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELEVADORES LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência contratual, por 12 (doze) meses, a contar de 31 de agosto de 2017, reajuste do valor do contrato, a contar de 07 de julho de 2017, e alteração da cláusula décima terceira do contrato; **VALOR MENSAL:** R\$ 351,85; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931;

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas cláusulas quinta, item 5.8, e décima quarta do Contrato.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de agosto de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 3º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG N.º 118/2015
PROCESSO N.º 1314-09.00/14-6
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2014**

CONTRATADA: LBF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: prorrogação da vigência contratual, por 07 (sete) meses, a contar de 09 de setembro de 2017; reequilíbrio dos Montantes com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, a contar de 01/06/2017, passando aos seguintes valores: Montante A = R\$ 29.445,53, Montante B = R\$ 19.607,68, Montante C = R\$ 6.864,00 e Montante D = R\$ 5.972,34; e reajuste dos preços, a contar de 14 de agosto de 2017, passando o valor mensal para: Montante A = R\$ 29.445,53, Montante B = R\$ 19.282,12, Montante C = R\$ 6.864,00 e Montante D = R\$ 5.937,57. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3703; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 65, inciso II, alínea "d", e 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e cláusulas décima e décima sétima do ajuste.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS N.º 090/2017
SGA N.º 01358.000.033/2017
SGCON N.º 02405.000.107/2017
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

CONTRATADA: CEAPIA - CENTRO DE ESTUDOS, ATENDIMENTO E PESQUISA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA; **OBJETO:** prestação de serviços visando à realização de evento intitulado "Ciclo de Estudos sobre a Adoção", destinado a membros e servidores do CONTRATANTE; **VIGÊNCIA:** 240 (duzentos e quarenta) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 5.381,52; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubricas 3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso II, Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-se, além do diploma legal acima referido e suas alterações, à Lei Estadual nº 11.389/99.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 83/2017 (SGA n.º 0581.000.058/2017)
Tipo: Menor Preço por item. **Objeto:** Aquisição de material de expediente (3.º pedido), conforme especificações constantes



deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas: 19/09/2017, às 10 horas. Data e horário de início da disputa de preços: Lotes 1 a 8: 19/09/2017, às 11 horas; Lotes 9 a 15: 21/09/2017, às 11 horas.**

Local: www.pregaobarrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2017.

MARIANO WESTPHALEN LORENZON,
Pregoeiro.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 156/2017

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00051/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Verificar a existência de irregularidades na prestação dos serviços do CRAS São Judas Tadeu. INVESTIGADO(S): Município de Gravataí LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00808.00001/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Celso Pedro Stein. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Adoção de medidas a fim de esclarecer/estabelecer qual a rotina/procedimento a ser seguido para a expedição de atestados de óbito, quando a morte ocorrer em residência, no Município de Montenegro. INVESTIGADO(S): Município de Montenegro. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01812.000.005/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Piratini. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosely Teresinha de Azevedo Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Rosely Teresinha de Azevedo Lopes. OBJETO: Investigar contratação irregular por parte da Prefeitura Municipal de Piratini de um ônibus da empresa Ledebuhr. INVESTIGADO(S): Município de Piratini. LOCAL DO FATO: Piratini.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO

PROCEDIMENTO: 00829.000.038/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Baptista Caruso Mac-Donald. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre. OBJETO: Investigar possível irregularidade na participação da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre no rateio do pagamento dos serviços prestados pela Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa) aos órgãos da Administração Direta Municipal, em percentual fixo, sem levar em consideração o trabalho efetivamente realizado na área da saúde. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre - PROCEMPA. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00865.00027/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Atendimento Precário de Saúde à Comunidade Estação dos Ventos. LOCAL DO FATO: Santa Maria/RS. INVESTIGADO(S): Município de Santa Maria. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01544.000.780/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Apurar denúncia sobre o funcionamento irregular de comunidade terapêutica na localidade da Boa Vista, chamada Comunidade Terapêutica Boa Vista. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00930.00081/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão e Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anelise Grehs Stifelman e Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão e 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Acompanhar a execução do Plano de Ação Municipal de Combate a Leishmaniose. INVESTIGADO(S): Município de Viamão LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00022/2011. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar eventual deficiência no número de enfermeiros e técnicos de enfermagem que prestam serviço na Clínica Médica A e B2; na Unidade Terapia Intensiva Adulto; Bloco Cirúrgico, Centro Obstétrico, Sala de Recuperação Pós-Anestésica Centro de Materiais Esterilizados; Unidade Pronto Atendimento SUS e Pronto Atendimento Convênios do Hospital de Viamão e irregularidades listadas nos itens "3", "4", "5", "6" e "14" no Campo atinente ao Serviço de Enfermagem do Relatório de Visita Fiscalizatória 39/12-POA



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 1º de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2215

do COREN/RS. INVESTIGADOS(S): Estado do Rio Grande do Sul e Fundação Universitária de Cardiologia - Hospital de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO À PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00049/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTORA DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar deficiências na infraestrutura no CS Modelo, bem como a notícia de transferência do núcleo de Saúde Mental do CS Modelo ao CS Santa Marta. INVESTIGADO: Município de Porto Alegre - SMS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01177.00002/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Verificar eventuais irregularidades no residencial localizado na Rua Tarsila de Moraes Dutra, 470, nesta Capital, de propriedade de Rui Costa, no qual estariam residindo pessoas com sofrimento psíquico juntamente com idosos. INVESTIGADO(S): Rui Costa. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00320/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o não cumprimento da RDC nº 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. INVESTIGADOS(S): Coordenador Geral de Vigilância da Saúde - Cgvs, Hospital Nossa Senhora da Conceição, Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00322/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o não cumprimento da RDC nº 15/2012 pelos nosocômios e o modelo de fiscalização da CGVS no caso. INVESTIGADOS(S): Coordenador Geral de Vigilância da Saúde - Cgvs, Hospital Cristo Redentor, Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01177.00002/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rita Conte Soeiro de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alvorada. OBJETO: Apurar as irregularidades apontadas pela Vigilância Sanitária no Centro de Revitalização para Jovens (CREJO).

INVESTIGADO(S): Centro de Reabilitação Esperança de Jó - Crejo (Comunidade Terapêutica Esperança de Jó). LOCAL DO FATO: Alvorada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de Agosto de 2017.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos,
da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.